



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 819, DE 21 DE JUNHO DE 2004

O Reitor da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Processo nº 1721/04-55, Resolve:

Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para o Cargo de Professor Assistente, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, do Centro de Ciências Humanas e Letras, na área de Geografia Física, do Departamento de Geografia e História, classificando para nomeação a candidata CLÁUDIA MARIA SA-BÓIA DE AQUINO, Código de Vaga 0222251.

PEDRO LEOPOLDINO FERREIRA FILHO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 156, DE 23 DE JUNHO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o que dispõe o art. 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o art. 5º do Decreto nº 94.110, de 18 de março de 1987, bem como o que consta do Processo SUSEP 15414.000240/2004-51, resolve:

Art. 1º Conceder à VOTORANTIM SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A, com sede na cidade de São Paulo - SP, autorização para operar em Seguros de Pessoas e com Planos de Previdência Complementar Aberta, na 5ª(quinta), 6ª(sexta), 7ª(sétima) e 8ª(oitava) regiões do território nacional.

Art. 2º Aprovar o Estatuto Social adotado pela Sociedade, objeto de deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2004, re-ratificadora da Assembléia Geral de Constituição realizada em 15 de janeiro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARD APPY

DESPACHO DO MINISTRO

Em 23 de junho de 2004

DOCUMENTO: 10680.009001/2003-12

INTERESSADO: Procuradoria da Fazenda Nacional em Minas Gerais e Banco do Brasil S.A

ASSUNTO: Cessão de uso de área de próprio nacional

DESPACHO: Tendo em vista o constante do presente processo e no uso da atribuição a mim conferida pelo art. 13 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, APROVO a cessão de uso de parte do imóvel próprio nacional, situado na Avenida Afonso Pena, 1.500, 6º andar, em Belo Horizonte, MG, que a Procuradoria da Fazenda Nacional em Minas Gerais, com amparo no inciso II do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, quer fazer ao Banco do Brasil S.A., para instalação de um Posto de Atendimento Eletrônico.

BERNARD APPY
Interino

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 429, DE 21 DE JUNHO DE 2004

Altera a Instrução Normativa SRF Nº 296, de 6 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre o regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos casos que menciona.

O SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 209 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, com a redação dada pelo art. 33 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º O art. 4º e o inciso II do art. 23 da Instrução Normativa SRF nº 296, de 6 de fevereiro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O disposto nos arts. 2º e 3º aplica-se, também, ao estabelecimento equiparado a industrial, de que trata o § 5º do art. 17 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001”.(NR)

“Art. 23. O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica:.....

II - a estabelecimento equiparado a industrial, salvo quando se tratar da hipótese de equiparação prevista no art. 4º.”(NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2004.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 16, DE 22 DE JUNHO DE 2004 (*)

Dispõe sobre a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 296, de 6 de fevereiro de 2003, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 342, de 15 de julho de 2003.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 209 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, e tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, com a redação dada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e o disposto no inciso I, do art. 23 da Instrução Normativa SRF nº 296, de 6 de fevereiro de 2003, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 342, de 15 de julho de 2003, e o que consta do Processo nº 10880.007062/2003-99, declara:

Artigo Único. O regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa SRF nº 296, de 6 de fevereiro de 2003, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 342, de 15 de julho de 2003, não se aplica às pessoas jurídicas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), seja em relação às aquisições de seus fornecedores, seja no tocante às saídas dos produtos que industrializem.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no D.O.U. de 23-6-2004, Seção 1, pág. 75.

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 17, DE 23 DE JUNHO DE 2004

Dispõe sobre a aplicação da multa de cem por cento sobre a diferença entre o preço declarado e o preço efetivamente praticado na importação ou entre o preço declarado e o preço arbitrado.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 209 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 88 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, no inciso I do art. 633 do Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento Aduaneiro, e o que consta no processo nº 10168.000523/2004-39, declara:

Artigo único. A aplicação da multa prevista no inciso I do art. 633 do Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento Aduaneiro, independe da caracterização de fraude, sonegação ou conluio e alcança toda e qualquer situação em que seja constatada diferença entre o preço declarado e o preço efetivamente praticado na importação ou entre o preço declarado e o preço arbitrado.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 34, DE 23 DE JUNHO DE 2004

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM PORTO ALEGRE/RS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 2º da Portaria nº 2403, de 31 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2001, do Secretário da Receita Federal, resolve:

Distribuir, em caráter eventual, para julgamento na Primeira Turma, o processo 11040.000623/00-32, de Vanguarda Livraria Editora e Distribuidora Ltda., relativo a manifestação de inconformidade contra indeferimento parcial de pedido de restituição de tributos e contribuições.

GERALDO BRINCKMANN

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL

2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL NO PORTO DE MANAUS

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 23 DE JUNHO DE 2004

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

A INSPETORA SUBSTITUTA DA ALFÂNDEGA NO PORTO DE MANAUS, no uso da competência estabelecida no artigo 227, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal,

aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, publicada no DOU de 29 de agosto de 2001, declara:

Nº 18 - I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa COMPAZ COMPONENTES DA AMAZÔNIA S/A, CNPJ 04.413.464/0001-80, Processo 10283.002712/2004-20, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa SRF nº 424 republicada no DOU de 08/06/2004 :

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada o disposto no parágrafo único do artigo 4º da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 19 - I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa FLEXTRO-NICS INTERNATIONAL DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ 03.576.674/0001-27, Processo 10283.002491/2004-90, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa SRF nº 424 republicada no DOU de 08/06/2004 :

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada o disposto no parágrafo único do artigo 4º da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 20 - I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa DOUGLAS INDUSTRIA ELETRONIA LTDA, CNPJ 61.083.598/0001-14, Processo 10283.002890/2004-51, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa SRF nº 424 republicada no DOU de 08/06/2004 :

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada o disposto no parágrafo único do artigo 4º da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MIRLEY JANE BATISTA DE LIMA E SILVA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 23 DE JUNHO DE 2004

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF/2ª RF nº 192, de 07 de maio de 2002 e atendendo ao que consta nos processos em referência,

Declara, com fundamento no art. 50, do Decreto n.º 646, de 09 de setembro de 1992, que ficam inscritos no Registro de Despachante Aduaneiro desta Região Fiscal, os peticionários constantes na relação abaixo:

N.º	NOME	CPF	N.º DO PROCESSO
2D/00.442	Célio Souza da Silva	683.401.092-00	10283.002372/2004-37
2D/00.443	Ângela Maria Reis dos Santos	205.660.002-10	10283.002360/2004-11
2D/00.444	Rummenigge Cordovil Grangeiro	515.986.472-53	10283.100165/2004-47

JEZEBEL DE PÁDUA FLEURY

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 23 DE JUNHO DE 2004

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF/2ª RF nº 192, de 07 de maio de 2002 e atendendo ao que consta nos processos em referência,

Declara, com fundamento no Decreto n.º 646, de 09 de setembro de 1992 e Instrução Normativa DpRF n.º 109, de 02 de outubro de 1992 e de conformidade com a Portaria SRRF/2ª RF nº 71, de 16 de outubro de 1992, que ficam inscritos no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro desta Região Fiscal, os peticionários constantes na relação abaixo:

N.º	NOME	CPF	N.º DO PROCESSO
2A/00.762	Carlos Andrey Peres Areque	617.964.762-34	10283.002269/2004-97
2A/00.763	Marlon Herculano Barbosa	581.724.672-49	10283.002275/2004-44
2A/00.764	Daniel Venâncio Paes	708.711.752-15	10283.002311/2004-70
2A/00.765	Rosângela da Silva Corrêa	425.902.302-06	10283.002368/2004-79
2A/00.766	Aline Cabral Bessa Martins	683.243.672-68	10283.002362/2004-00

JEZEBEL DE PÁDUA FLEURY